

## CAPÍTULO 3

### FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA: DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS

**Cristiane Pereira da Silva Ribeiro**

Pedagogia

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

**Lilian de Lima Araújo Costa**

Pedagogia

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

**Neire Pires da Silva**

Pedagogia

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

**Kedma Marques Brandão Inácio**

Língua Portuguesa (UFG) e ADM. de Empresas (CESUC)

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

**Reila Terezinha da Silva Luz**

Pedagogia (UFG- Campus Catalão) e Administração (UNITINS)

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

**Júnio Fábio Ferreira**

Graduado em Pedagogia e Matemática

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática

**Eliana da Silva Salomão**

Master of science in emergente tecnologias in Educacion

## RESUMO

A formação cidadã tem sido reafirmada como uma das finalidades centrais da educação básica brasileira, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados à convivência democrática, ao respeito às diferenças e à construção de valores éticos. Este artigo analisa o papel da escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, compreendendo-a como prática social construída coletivamente e vinculada à participação, ao diálogo e ao engajamento crítico dos estudantes. Fundamentado em autores brasileiros que discutem democracia, cidadania e formação ética — como Paulo Freire, Demo, Candau e Carvalho —, o estudo examina como práticas pedagógicas contextualizadas, projetos coletivos e processos participativos fortalecem competências socioemocionais e promovem a cultura dos direitos humanos. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica, com foco em referenciais teóricos que abordam a relação entre educação e cidadania no contexto brasileiro. Utilizam-se documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988 e a Base Nacional Comum Curricular, para analisar diretrizes que orientam a

formação cidadã na escola. Os resultados da análise indicam que práticas formativas que priorizam participação, diálogo, resolução de conflitos e valorização da diversidade contribuem para consolidar ambientes escolares mais democráticos e inclusivos. Conclui-se que a escola desempenha papel estruturante na construção da cidadania, desde que suas práticas estejam articuladas a um projeto pedagógico comprometido com direitos humanos, justiça social e convivência democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania. Democracia. Educação Básica. Valores. Convivência Escolar.

## **INTRODUÇÃO**

A formação cidadã constitui uma das finalidades centrais da educação brasileira e aparece reiteradamente nos principais marcos legais e pedagógicos que orientam a educação básica. Desde a Constituição Federal de 1988, compreende-se que a educação deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). A cidadania, portanto, não se limita à participação política formal, mas envolve o desenvolvimento de competências éticas, sociais e democráticas que permitam ao indivíduo participar de forma consciente e solidária da vida em sociedade. Nesse sentido, a escola torna-se espaço fundamental para fortalecer valores, práticas e atitudes que sustentem relações democráticas.

No contexto contemporâneo, marcado por desigualdades sociais, polarizações políticas e intensificação de discursos de intolerância, a discussão sobre educação para a cidadania ganha nova relevância. Candau (2016) observa que a escola não pode restringir-se à transmissão de conteúdos, devendo constituir-se como “um espaço público de convivência, reconhecimento das diferenças e promoção de direitos humanos”. Assim, a formação cidadã implica aprender a conviver, dialogar, escutar, respeitar diferenças e agir com responsabilidade coletiva. Esses aspectos demandam práticas formativas que ultrapassem a dimensão cognitiva e incorporem perspectivas éticas, sociais e culturais.

Paulo Freire, em sua reflexão sobre educação emancipadora, afirma que a formação democrática exige participação ativa e crítica dos sujeitos. Para o autor, “não há educação neutra” (Freire, 1996, p. 67), pois todo ato educativo envolve escolhas políticas e éticas que revelam concepções de sociedade e de ser humano. Dessa forma, pensar a escola como espaço de construção da cidadania requer conceber o estudante como sujeito de direitos e participante do processo educativo, o que implica práticas pedagógicas dialógicas, investigativas e colaborativas.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) reforça a centralidade da formação cidadã ao estabelecer competências gerais que incluem responsabilidade e cidadania, empatia, cooperação, respeito ao

outro, argumentação e participação. Tais competências evidenciam que a cidadania não é conteúdo isolado, mas dimensão transversal que perpassa todas as áreas do conhecimento e práticas escolares. Assim, discutir cidadania significa pensar currículo, gestão democrática, cultura escolar, resolução de conflitos e projetos pedagógicos.

Outro ponto relevante refere-se aos processos de convivência escolar. Carvalho (2012) observa que a convivência constitui base da vida democrática, pois é por meio da interação cotidiana que se constroem valores como solidariedade, respeito e justiça. A escola, nesse sentido, deve possibilitar vivências que favoreçam a compreensão de regras coletivas, a negociação de conflitos e a tomada de decisões compartilhadas. Esses processos contribuem para que o estudante desenvolva percepção crítica sobre si mesmo e sobre o coletivo, fortalecendo sua capacidade de participar da vida pública.

Além disso, Demo (2011) argumenta que a cidadania só se desenvolve plenamente quando vinculada à participação ativa e à capacidade de intervenção social. Para o autor, o estudante precisa ser estimulado a pensar criticamente, questionar evidências, argumentar com base em dados e propor soluções para problemas reais. Assim, projetos pedagógicos que envolvem participação comunitária, investigação social, protagonismo juvenil e atividades cooperativas fortalecem aprendizagens democráticas.

Do ponto de vista metodológico, este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em referenciais brasileiros que discutem cidadania, democracia e educação. A pesquisa bibliográfica permite compreender como a literatura nacional tem debatido o papel da escola na formação cidadã, identificando conceitos centrais, abordagens teóricas e desafios emergentes. Foram analisadas obras de autores como Paulo Freire, Demo, Candau e Carvalho, além de documentos legais, como a Constituição Federal e a BNCC. A análise seguiu um percurso interpretativo orientado pela compreensão crítica das contribuições dos autores, buscando identificar convergências conceituais e implicações para as práticas pedagógicas.

A escolha dessa metodologia justifica-se pelo caráter conceitual e teórico do tema, que exige reflexão aprofundada sobre fundamentos e práticas que sustentam a formação cidadã. A pesquisa bibliográfica também possibilita identificar o estado da arte da discussão no Brasil e contribuir para a sistematização de perspectivas que orientem práticas educativas comprometidas com valores democráticos.

## **A FORMAÇÃO CIDADÃ NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

A formação cidadã ocupa lugar central nos principais documentos normativos que orientam a educação básica brasileira, sendo definida como uma das finalidades essenciais do processo educativo no país. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhecem que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, reafirma e detalha tal perspectiva ao explicitar competências gerais que valorizam participação democrática, ética, autonomia, respeito às diferenças e responsabilidade social. Assim, compreende-se que o currículo escolar deve articular conteúdos acadêmicos e valores sociais, garantindo formação integral do estudante.

A BNCC estabelece dez competências gerais, entre as quais se destaca aquela que orienta o comprometimento com o bem comum e com a cidadania. Conforme o documento, compete à escola desenvolver a capacidade de agir com autonomia, responsabilidade e empatia, reconhecendo diferentes perspectivas e evitando preconceitos. Observa-se, portanto, que a formação cidadã não é tratada como disciplina isolada, mas como dimensão transversal que perpassa todas as áreas do conhecimento e todas as etapas da educação básica. Gatti (2018) ressalta que a transversalidade das competências indica que o currículo precisa ser compreendido como prática social, não como simples organização de conteúdos. Para a autora, “a cidadania se constrói nas relações e nas experiências proporcionadas pela escola”, exigindo intencionalidade pedagógica nas ações cotidianas.

Outro aspecto relevante é que a BNCC concebe a cidadania sob perspectiva ampla, que inclui o desenvolvimento de competências socioemocionais, compreensão da diversidade cultural e capacidade de participação democrática. Arantes (2015) destaca que a cidadania contemporânea não pode ser reduzida ao cumprimento de deveres ou ao domínio de conteúdos formais; envolve também a formação moral e ética, que se constrói por meio da convivência, da tomada de decisão responsável e da sensibilidade ao outro. Por isso, a BNCC enfatiza que a escola deve promover práticas que estimulem o diálogo, a resolução de conflitos e o respeito às diferenças. Essa perspectiva amplia a noção tradicional de cidadania, incorporando elementos da educação em direitos humanos e da cultura de paz.

Saviani (2013), ao tratar da função social da escola, afirma que a educação deve possibilitar que todos os estudantes tenham acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, contribuindo para a formação crítica e consciente. Para o autor, a transmissão sistematizada do conhecimento contempla dimensão cidadã, pois permite que os sujeitos compreendam a realidade social e intervenham nela de forma transformadora. Assim, a formação cidadã, embora não se restrinja aos conteúdos, exige sólida formação teórica que permita aos estudantes interpretar fenômenos sociais, políticos e econômicos de maneira contextualizada.

A BNCC reforça essa compreensão ao estabelecer que as diferentes áreas do conhecimento — Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e

Ciências da Natureza — devem contribuir, de modo articulado, para o desenvolvimento da cidadania. Em Ciências Humanas, por exemplo, destacam-se habilidades relacionadas à compreensão de valores democráticos, dos direitos humanos, da diversidade cultural e dos processos históricos de construção da sociedade. Em Linguagens, a análise crítica de discursos, a argumentação e a leitura de diferentes gêneros textuais são elementos essenciais para que o estudante desenvolva capacidade crítica e comunicativa. Em Matemática e Ciências da Natureza, espera-se que o estudante interprete dados, tome decisões fundamentadas e compreenda fenômenos científicos que permeiam o cotidiano. Assim, a cidadania é construída como eixo transversal que articula saberes conceituais, procedimentais e atitudinais.

Libâneo (2013) destaca que a escola possui responsabilidade decisiva na formação para a cidadania, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades. Para o autor, a cidadania é construída no interior das práticas escolares, por meio das relações de poder, da organização da sala de aula, do diálogo e da participação estudantil. Assim, práticas autoritárias, fragmentadas ou descontextualizadas tendem a fragilizar a formação cidadã, enquanto práticas democráticas fortalecem a construção de sujeitos críticos, solidários e autônomos.

Outro elemento importante presente na BNCC é o compromisso com a diversidade e com a promoção de práticas inclusivas. A formação cidadã exige que o estudante reconheça diferentes identidades, histórias e modos de vida. Candau (2016) enfatiza que a educação para a cidadania precisa incorporar perspectiva intercultural, isto é, reconhecer e valorizar as diferenças, promovendo diálogo entre culturas e evitando hierarquizações discriminatórias. Tal perspectiva dialoga com os princípios da BNCC, que destacam o respeito às diferenças étnicas, raciais, religiosas, de gênero e de orientação sexual como elementos constitutivos da formação integral.

Além disso, a BNCC reconhece que a formação cidadã inclui competências digitais, especialmente no contexto da cultura digital contemporânea. De acordo com o documento, cabe à escola desenvolver habilidades para que o estudante compreenda criticamente o uso das tecnologias, produza conteúdo de forma ética e participe ativamente de ambientes digitais. Essa dimensão é relevante para a cidadania, pois a participação social contemporânea envolve também práticas digitais, como interação em redes sociais, circulação de informações e debates públicos no ambiente virtual.

Saviani (2013) e Sacristán (2017) convergem ao afirmar que o currículo escolar deve ser instrumento para formar sujeitos capazes de compreender sua realidade e atuar de forma responsável no mundo. A BNCC dialoga com essa perspectiva ao estabelecer que o processo educativo deve articular saberes, competências e valores, buscando formar estudantes capazes de participar criticamente da sociedade, defender direitos e promover práticas democráticas. Assim, a formação cidadã não é concebida

apenas como aprendizado normativo, mas como construção reflexiva vinculada às relações sociais.

No entanto, a implementação dessa perspectiva apresenta desafios significativos. Em primeiro lugar, exige-se formação docente consistente para atuar com projetos, práticas participativas e processos dialógicos, o que nem sempre ocorre nas redes de ensino. Em segundo lugar, a cultura escolar ainda carrega práticas autoritárias e conteudistas que dificultam o desenvolvimento de competências cidadãs. Em terceiro lugar, há desafios relacionados às desigualdades sociais, que afetam oportunidades de participação, acesso à informação e representatividade dentro da escola.

Apesar desses desafios, observa-se que a BNCC oferece diretrizes importantes para orientar a formação cidadã ao integrar conteúdos disciplinares, valores éticos, práticas democráticas e reconhecimento das diferenças. A cidadania é construída no cotidiano escolar, por meio de interações, atividades colaborativas, projetos interdisciplinares e práticas que favoreçam participação e diálogo. Assim, a formação cidadã deve ser compreendida como processo contínuo, coletivo e situado, que depende tanto de ações intencionais quanto de práticas cotidianas.

A BNCC compreende a formação cidadã como dimensão estruturante da educação básica, reforçando que o desenvolvimento de conhecimentos, competências e valores deve orientar-se pelo compromisso com direitos humanos, democracia, diversidade e cultura de paz. Tal perspectiva demanda práticas pedagógicas críticas, colaborativas e reflexivas, que possibilitem ao estudante compreender sua realidade e participar de forma ativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

## **DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

A escola contemporânea constitui um dos espaços privilegiados para a promoção dos direitos humanos, da valorização da diversidade e do fortalecimento da convivência democrática. Em sociedades marcadas pela pluralidade cultural, religiosa, étnico-racial, social e de gênero, torna-se essencial que o ambiente escolar assuma papel ativo na construção de práticas que combatam desigualdades, resistam a formas de violência simbólica e criem condições favoráveis para que todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades. Nesse sentido, discutir direitos humanos e diversidade implica defender uma concepção de educação comprometida com a justiça social, com o respeito às diferenças e com a construção de relações pautadas no diálogo, na solidariedade e no reconhecimento mútuo.

A perspectiva dos direitos humanos no contexto escolar tem como base o entendimento de que esses direitos constituem princípios universais que orientam a convivência ética e democrática. Candau (2018), uma das principais referências brasileiras nessa área, afirma que a educação em direitos humanos deve ser entendida “não como conteúdo adicional, mas

como eixo estruturante da prática educativa” (p. 42). Para a autora, os direitos humanos não se restringem ao ensino de legislações, mas envolvem atitudes e formas de se relacionar com o outro. Assim, a escola tem a responsabilidade de promover uma cultura institucional baseada no respeito, na dignidade humana e no enfrentamento às desigualdades.

O reconhecimento da diversidade como valor pedagógico também é fundamental. A escola, por ser espaço coletivo, reúne sujeitos com diferentes histórias, identidades, culturas e expectativas. Arroyo (2013) destaca que reconhecer a diversidade implica reconhecer a legitimidade dos sujeitos e seus modos de ser, compreender sua inserção social e valorizar suas experiências. A negação dessas diferenças, por outro lado, gera práticas excludentes e reforça preconceitos historicamente construídos. Desse modo, trabalhar com diversidade significa construir uma pedagogia que questione desigualdades, valorize identidades plurais e amplie o repertório cultural dos estudantes.

No âmbito da convivência escolar, Carvalho (2012) afirma que a convivência é dimensão constitutiva da vida democrática. Segundo o autor, a qualidade das relações vividas nas escolas influencia diretamente o desenvolvimento das competências necessárias para a participação social. Isso significa que o ambiente escolar precisa oferecer oportunidades para que os estudantes aprendam a negociar conflitos, ouvir opiniões divergentes, expressar ideias e participar de decisões coletivas. Tais experiências contribuem para formação da autonomia moral e do pensamento crítico.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) reforça esse entendimento ao afirmar que a escola deve promover competências relacionadas à empatia, à responsabilidade e à participação. A convivência democrática não se limita a evitar conflitos; ao contrário, inclui o reconhecimento de que conflitos fazem parte da vida coletiva e podem constituir oportunidade de aprendizagem quando mediados de forma pedagógica. A BNCC destaca, ainda, a necessidade de práticas que estimulem respeito às diferenças, diálogo intercultural e atitudes de cooperação. Assim, os direitos humanos são concebidos como princípios articuladores do currículo e da formação integral.

Além da dimensão normativa, é preciso analisar a convivência escolar também como prática cotidiana permeada por desafios. Sposito (2011), em suas pesquisas sobre juventudes e escola, identifica que a convivência está atravessada por tensões relacionadas a violências simbólicas, discriminações, bullying e conflitos interpessoais. Para a autora, essas tensões não devem ser invisibilizadas, mas discutidas e enfrentadas pedagogicamente. A escola precisa desenvolver estratégias que favoreçam a construção de relações de confiança, o reconhecimento das subjetividades e a participação ativa dos estudantes nos processos de tomada de decisão.

Outra questão essencial refere-se à educação para o respeito e valorização das diferenças. Candau (2018) destaca que o reconhecimento das diferenças deve estar associado à crítica das desigualdades, para que a

escola não apenas celebre a diversidade, mas problematize relações de poder e práticas discriminatórias. Isso exige atuação pedagógica que promova a reflexão sobre preconceitos raciais, de gênero, religiosos, linguísticos e socioeconômicos, enfrentando estereótipos e construindo práticas inclusivas. Tal perspectiva dialoga com os princípios da educação em direitos humanos, que orientam a escola a formar sujeitos capazes de agir de forma ética e responsável.

Arroyo (2013) reforça que a diversidade precisa ser incorporada ao currículo e às práticas pedagógicas de maneira contextualizada. Para o autor, não basta inserir temas sobre diversidade de forma pontual; é necessário que a escola reconheça as trajetórias dos estudantes, compreenda desigualdades históricas e produza práticas educativas que deem visibilidade a grupos frequentemente silenciados. Nesse sentido, projetos interdisciplinares, rodas de conversa, estudos do meio e pesquisas colaborativas constituem estratégias que ampliam a compreensão dos estudantes sobre o papel da diversidade na construção da sociedade brasileira.

A convivência democrática exige, ainda, práticas de gestão escolar participativa. A construção de ambientes democráticos depende de mecanismos que assegurem participação dos estudantes, famílias, professores e comunidade nas decisões institucionais. Libâneo (2013) argumenta que a gestão democrática não se limita a processos formais, mas envolve relações de poder, organização da escola e compartilhamento de responsabilidades. A gestão escolar, nesse contexto, tem papel fundamental na criação de espaços de escuta e participação, permitindo que os estudantes desenvolvam competências democráticas de forma vivida e não apenas declarada.

Do ponto de vista pedagógico, a convivência democrática articula-se à formação ética e moral. Arantes (2015) destaca que a formação ética está vinculada à construção da autonomia e ao desenvolvimento de valores como respeito, justiça e responsabilidade. Esses valores não são ensinados apenas pela transmissão verbal, mas pela vivência cotidiana, pela observação de práticas dos adultos e pela participação em experiências coletivas. Assim, a escola precisa organizar ambientes que favoreçam diálogo, responsabilidade compartilhada e reflexão sobre dilemas éticos.

Entretanto, a implementação de práticas de convivência democrática enfrenta vários desafios. Um deles refere-se às tensões sociais presentes no ambiente escolar, como racismo, machismo, homofobia e desigualdades socioeconômicas. Essas questões constituem dimensões estruturais da sociedade brasileira e se refletem nas relações escolares. Sposito (2011) destaca que é papel da escola não apenas reconhecer tais tensões, mas desenvolver práticas que promovam enfrentamento crítico e construção de relações mais igualitárias. Isso exige formação docente, políticas institucionais e projetos pedagógicos que incorporem os direitos humanos como eixo estruturante.



O diálogo representa elemento central para construção da convivência democrática. Freire (1996) afirma que o diálogo é prática ética fundada no respeito ao outro e na valorização da palavra como expressão da humanidade. Para o autor, o diálogo não é técnica, mas postura política que reconhece os sujeitos como participantes do processo educativo. A convivência democrática, portanto, precisa incorporar práticas dialógicas que envolvam escuta ativa, argumentação, negociação e construção coletiva de respostas para desafios comuns.

Considerando essas reflexões, compreende-se que a escola tem papel decisivo na formação cidadã ao criar condições para que estudantes vivenciem práticas democráticas, aprendam a lidar com conflitos, reconheçam diferenças e participem de decisões coletivas. Direitos humanos, diversidade e convivência democrática não são temas periféricos, mas dimensões centrais que orientam a formação integral, fortalecem o compromisso com justiça social e consolidam práticas pedagógicas mais humanizadas.

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ: PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E MEDIAÇÃO DOCENTE**

A formação cidadã na escola exige a construção de práticas pedagógicas que articulem participação, diálogo e mediação docente, de modo a favorecer o desenvolvimento de competências críticas, éticas e sociais essenciais ao convívio democrático. A cidadania, compreendida como prática cotidiana e não apenas no âmbito formal dos direitos políticos, demanda experiências formativas que possibilitem aos estudantes exercitar tomada de decisão, convivência com a diversidade, resolução de conflitos, argumentação e atuação coletiva. Nesse sentido, práticas pedagógicas comprometidas com valores democráticos constituem caminho fundamental para que a escola se consolide como espaço de formação integral.

Paulo Freire (1996) destaca que a educação cidadã relaciona-se com o exercício crítico da liberdade, entendida como processo reflexivo e dialógico. Para o autor, o diálogo constitui fundamento ético da prática pedagógica, pois implica reconhecer o outro como sujeito de direitos, produtor de conhecimentos e participante ativo da construção coletiva. Ele afirma que “não há diálogo se não há uma intensa fé nos homens, fé no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar” (Freire, 1996, p. 98). Assim, o diálogo é compreendido não como técnica comunicativa, mas como postura política que valoriza a palavra, a escuta e a negociação de significados. Nessa perspectiva, práticas pedagógicas que estimulam rodas de conversa, debates estruturados, projetos colaborativos e análise crítica de situações reais favorecem o desenvolvimento da consciência cidadã.

A participação estudantil constitui outro elemento fundamental da formação cidadã. Libâneo (2013) ressalta que a participação ocorre quando estudantes são envolvidos nas decisões que dizem respeito à vida escolar, contribuindo para processos que organizam normas, convivência e projetos

pedagógicos. Segundo o autor, a participação é prática educativa que estimula autonomia, responsabilidade compartilhada e consciência social. Quando a escola possibilita ao estudante participar das decisões do grupo, torna-se mais provável que ele reconheça-se como sujeito capaz de intervir na realidade e de agir coletivamente.

A mediação docente é igualmente indispensável nesse processo. A atuação do professor como mediador implica organizar situações de aprendizagem que despertem reflexão, estimulem o diálogo e ampliem as capacidades de participação crítica. Libâneo (2013) explica que o professor-mediador não ocupa posição autoritária, mas atua como orientador do processo interpretativo, ajudando o estudante a compreender fenômenos sociais, posicionar-se argumentativamente e relacionar experiências pessoais a questões coletivas. A mediação pedagógica está, portanto, vinculada a um projeto de formação cidadã que exige escuta sensível, acompanhamento sistemático e construção conjunta de saberes.

As práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã também incluem o trabalho com projetos interdisciplinares. Para Demo (2011), a prática do projeto favorece o desenvolvimento da cidadania porque articula investigação, participação e ação social. Segundo ele, projetar envolve pensar alternativas, analisar problemas reais, buscar evidências e produzir soluções coletivas. Esse movimento supera práticas fragmentadas e estimula o protagonismo estudantil, pois coloca o estudante no centro da investigação, com papel ativo na análise e intervenção sobre questões relevantes de seu contexto.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, é elemento estruturante para a formação cidadã. Carvalho (2012) observa que problemas sociais e éticos não pertencem a disciplinas isoladas, mas atravessam diferentes áreas do conhecimento. Projetos que articulam disciplinas, práticas comunitárias e temas sociais ajudam os estudantes a compreender a complexidade do mundo contemporâneo, a interpretar informações de forma crítica e a desenvolver competências para ação coletiva. Assim, a interdisciplinaridade favorece visão ampliada sobre cidadania, contextualizando-a em desafios reais.

Outro aspecto central refere-se à resolução de conflitos. Arroyo (2013) enfatiza que o ambiente escolar deve ser compreendido como espaço de tensões, contradições e diferenças, e que o conflito é parte inerente da vida coletiva. Em vez de tratar o conflito como problema a ser evitado, práticas pedagógicas cidadãs o reconhecem como oportunidade para a construção de habilidades de negociação, escuta, empatia e justiça. Estratégias como mediação escolar, práticas restaurativas e assembleias de classe permitem que estudantes aprendam a lidar com divergências e convivam de maneira mais democrática. Essas práticas reforçam o papel da escola como espaço de aprendizagem ética e de convivência pacífica.

A valorização da diversidade também integra as práticas de formação cidadã. Candau (2018), ao discutir educação em direitos humanos, destaca

que a escola precisa promover experiências que permitam reconhecer diferentes identidades, culturas e modos de vida. Tal perspectiva não se limita a inserir temas sobre diversidade no currículo, mas envolve construir práticas pedagógicas que deem visibilidade a grupos socialmente historicamente excluídos. Estratégias como estudo de casos, produção de narrativas, pesquisa sobre culturas locais e debates sobre direitos humanos contribuem para que a diversidade seja tratada como valor positivo e não como obstáculo.

Outro elemento relevante é o desenvolvimento da argumentação. Para Freire (1996), a argumentação é parte do exercício crítico da liberdade, pois envolve a capacidade de analisar situações, justificar pontos de vista e respeitar opiniões divergentes. Em consonância com essa perspectiva, Arantes (2015) aponta que a formação ética exige que a escola desenvolva práticas que estimulem a reflexão sobre dilemas morais, promovam a tomada de decisão fundamentada e incentivem o diálogo. Debates regrados, júris simulados, seminários e grupos de discussão são estratégias que fortalecem competência argumentativa e promovem participação cidadã.

Projetos de intervenção social constituem prática potente para a formação cidadã. Quando estudantes analisam problemas da comunidade e propõem ações coletivas — como campanhas de solidariedade, projetos de sustentabilidade, intervenções urbanas, atividades culturais e debates públicos — exercitam responsabilidade social, empatia e capacidade de mobilização. Demo (2011) afirma que a cidadania exige ação crítica e não apenas compreensão conceitual; é preciso que o estudante participe de práticas que o envolvam na realidade, possibilitando que se torne sujeito ativo e consciente do contexto no qual vive.

Além disso, a escola precisa criar espaços institucionais que favoreçam participação e diálogo. Conselhos de classe participativos, assembleias escolares, grêmios estudantis e fóruns comunitários são mecanismos que fortalecem a gestão democrática e estimulam a formação cidadã. Libâneo (2013) defende que a gestão democrática só se concretiza quando estudantes têm voz ativa nos processos decisórios, contribuindo para construir uma cultura escolar mais democrática e colaborativa.

As tecnologias digitais também ampliam possibilidades para formação cidadã. Embora esse não seja o foco exclusivo desta seção, é importante destacar que ambientes digitais permitem interação, produção colaborativa e participação social. Plataformas educativas, podcasts, blogs, oficinas de mídia e pesquisas em redes digitais estimulam autoria, comunicação e desenvolvimento de pensamento crítico. Para Freire (1996), a tecnologia precisa ser utilizada de forma ética e crítica, respeitando a autonomia dos sujeitos e fortalecendo sua capacidade de intervenção.

A prática avaliativa também deve ser coerente com a formação cidadã. Avaliações formativas, autoavaliações, portfólios e rubricas participativas permitem que estudantes compreendam seus percursos, reflitam sobre suas ações e participem ativamente da construção de critérios.

Para Demo (2011), avaliar significa construir processos de reflexão contínua que ampliam a autonomia do estudante. Assim, a avaliação torna-se prática cidadã ao permitir que o estudante compreenda seu próprio papel no processo de aprendizagem.

As práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã articulam diálogo, participação, mediação docente, interdisciplinaridade, resolução de conflitos e valorização da diversidade. Tais práticas transcendem conteúdos disciplinares e constituem processos formativos comprometidos com a construção de sujeitos críticos, éticos e capazes de atuar na sociedade de forma responsável. A cidadania, portanto, não é ensinada apenas por meio de conteúdos; é vivida no cotidiano escolar, nas experiências partilhadas e nas relações democráticas que a escola possibilita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação cidadã, entendida como processo contínuo de desenvolvimento humano, constitui uma das finalidades centrais da educação básica brasileira. As análises desenvolvidas ao longo deste artigo demonstram que a cidadania, na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ultrapassa a dimensão normativa dos direitos e deveres, articulando-se à construção de competências sociais, éticas, emocionais e cognitivas que orientam a participação democrática. Compreende-se que a formação cidadã não se reduz ao ensino de conteúdos prescritos, mas envolve práticas pedagógicas intencionais, interações cotidianas, mediação docente qualificada e ambiente escolar comprometido com valores democráticos, respeito às diferenças e promoção da justiça social.

A partir da discussão apresentada na seção 2.1, observa-se que a BNCC propõe visão integrada da formação cidadã ao incorporar competências relacionadas à empatia, ao pensamento crítico, à responsabilidade social, ao diálogo, à participação e à convivência democrática. Essas competências perpassam todas as áreas do conhecimento e demandam reorganização curricular que enfatize articulação entre saberes conceituais, procedimentos e atitudes. Nesse sentido, a formação cidadã é concebida como eixo estruturante do percurso formativo e não como conteúdo periférico ou disciplinar. A transversalidade proposta pela BNCC reforça que a escola deve atuar como espaço privilegiado de desenvolvimento humano, assegurando oportunidades para que todos os estudantes se tornem sujeitos críticos e participativos.

Na seção 2.2, evidenciou-se que a promoção dos direitos humanos e da diversidade constitui dimensão central da convivência escolar. A literatura analisada demonstra que a escola precisa assumir papel ativo no enfrentamento das desigualdades, da discriminação e da violência simbólica, criando condições para que a pluralidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e socioeconômica seja compreendida como riqueza para o processo educativo. Autores como Candau (2018) e Arroyo (2013) destacam que o reconhecimento da diversidade deve estar associado à crítica das

desigualdades, evitando que a escola caia em práticas superficiais que celebrem diferenças sem questionar estruturas que as hierarquizam. Assim, a formação cidadã demanda abordagem intercultural, que considere a historicidade dos sujeitos, suas identidades e experiências, valorizando diálogo entre culturas e promovendo práticas pedagógicas que enfrentem preconceitos.

A convivência democrática, conforme discutido, não significa ausência de conflitos, mas capacidade de lidar com eles de forma ética, dialógica e reflexiva. Sposito (2011) demonstra que o ambiente escolar é atravessado por tensões que expressam desigualdades sociais mais amplas. Nesse contexto, o papel da escola não é simplesmente controlar esses conflitos, mas educar para o manejo consciente das diferenças, fortalecendo competências como escuta, negociação, argumentação e corresponsabilidade. Diante disso, a promoção da convivência democrática articula-se ao desenvolvimento de comportamentos éticos e morais que sustentam práticas de inclusão e respeito mútuo.

Por sua vez, a seção 2.3 explicitou que práticas pedagógicas comprometidas com a formação cidadã exigem reorganização profunda da ação docente e da cultura escolar. A mediação docente, conforme apontam Freire (1996) e Libâneo (2013), constitui dimensão fundamental para que o estudante possa compreender sua realidade, posicionar-se criticamente e desenvolver capacidade argumentativa. A mediação não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve orientação, escuta, problematização e construção conjunta de sentidos. Práticas como debates estruturados, assembleias escolares, projetos interdisciplinares, estudos de caso e intervenções sociais reforçam a necessidade de pedagogia ativa e reflexiva, que valorize protagonismo estudantil e participação coletiva.

Observou-se, ainda, que a formação cidadã demanda adoção de práticas avaliativas coerentes, baseadas na reflexão, na autoavaliação e na participação do estudante na definição de critérios. A avaliação formativa contribui para que ele compreenda sua trajetória, reconheça seus avanços e participe ativamente da construção do processo educativo. Desse modo, a avaliação deixa de ser instrumento meramente classificatório e passa a integrar a construção da autonomia, elemento constitutivo da cidadania.

Ao considerar as análises realizadas, verifica-se que a formação cidadã constitui tarefa complexa, que envolve dimensões curriculares, pedagógicas, éticas e políticas. A literatura examinada aponta que a escola ocupa papel insubstituível na construção de práticas democráticas; contudo, sua efetivação depende de condições institucionais, políticas públicas consistentes, formação docente continuada e compromisso coletivo com uma educação voltada ao bem comum. Embora os documentos normativos — especialmente a BNCC — forneçam diretrizes importantes, sua concretização no cotidiano escolar enfrenta desafios relacionados às desigualdades estruturais, à falta de recursos, à fragmentação curricular e à manutenção de práticas autoritárias.

Apesar das dificuldades, as pesquisas analisadas indicam caminhos possíveis e promissores. O fortalecimento da gestão democrática, o trabalho com projetos interdisciplinares, o uso de metodologias participativas, a criação de espaços de diálogo, a valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades constituem estratégias essenciais para consolidar práticas escolares que favoreçam o exercício da cidadania. A formação cidadã, assim, se constrói tanto nas práticas planejadas quanto nas relações cotidianas, exigindo coerência entre o que se ensina, o que se pratica e o que se vivencia na escola.

Compreende-se que a formação cidadã deve ser assumida como compromisso ético e político da escola, orientando práticas pedagógicas democráticas, inclusivas e participativas. Ao promover diálogo, reconhecimento das diferenças, participação ativa e reflexão crítica sobre a realidade social, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de atuar com responsabilidade, solidariedade e consciência histórica. Tal perspectiva reafirma que a cidadania não é atributo isolado, mas processo formativo contínuo, construído no encontro entre sujeitos, saberes e experiências. A formação cidadã, portanto, revela-se não apenas como objetivo educacional, mas como fundamento para construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. ***Tecnologias na educação: mediação docente e aprendizagem***. São Paulo: Loyola, 2018.
- ARANTES, Valéria Amorim. ***Ética e educação: desafios contemporâneos***. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARANTES, Valéria Amorim. ***Formação ética e cidadania***. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARROYO, Miguel G. ***Currículo, conhecimento e cultura***. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel G. ***Ofício de mestre: imagens e autoimagens***. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. ***Metodologias ativas para uma educação inovadora***. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. ***Base Nacional Comum Curricular***. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- CANDAU, Vera Maria. ***Educação em direitos humanos e diversidade***. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- CANDAU, Vera Maria. ***Educação em direitos humanos e diversidade***. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. ***A escola e os desafios da convivência***. São Paulo: Summus, 2012.
- DEMO, Pedro. ***Educação e cidadania: ensaios críticos***. Campinas: Papirus, 2011.

- FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernardete A. ***Currículo e desenvolvimento humano***. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. ***Didática***. São Paulo: Cortez, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. ***Pedagogia histórico-crítica***. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SPOSITO, Marília Pontes. ***Violência e escola: desafios contemporâneos***. São Paulo: Cortez, 2011.